

RESENHA

WEIL, Simone. **Pela supressão dos partidos políticos.** (Tradução Lucas Neves). Belo Horizonte: Editora Ayiné, 2016. 107p. (Biblioteca antagon!sta; 9)

Dos Partidos Políticos

MARQUESSUEL DANTAS DE SOUZA*

A presente resenha se refere ao interessante texto de Simone Weil (*Note sur la suppression générale des partis politiques* – de 1940, escrito em Londres), traduzido e publicado pela iniciativa audaciosa da Editora Ayiné. Originalmente publicado na coletânea intitulada *ÉCRITS DE LONDRES et dernières lettres – Éditions Gallimard (1957)*, este texto apresenta de forma singular o que significa um partido político; algo de muita importância para e na vida social do homem moderno.

Simone Weil aponta as “três características” essenciais que formam os partidos políticos. Para a autora em questão, “um partido político é uma máquina de fabricar paixão coletiva” (WEIL, p. 24). Bem como “um partido político é uma organização construída de modo a exercer uma pressão coletiva sobre cada um dos seres humanos que são seus membros” (WEIL, p. 24). Em todo caso, “o fim primeiro (e, em última análise, único) de todo partido político é seu próprio crescimento, sem limite” (WEIL, p. 24). Portanto, assim vê-se que qualquer partido político visa empoderar-se por meio de sua institucionalização. Bem entendido, nos adverte Simone Weil: “tendo em vista essa tríade de características, *todo partido é totalitário*, em potencial e em aspiração” (WEIL, p. 24, grifos nossos).

Certamente, “um partido é, em princípio, um instrumento para servir a



certa concepção do bem público” (WEIL, p. 25). No entanto, tal afirmação nem sempre se realiza efetivamente. Uma vez que alguns partidos são meios para garantir e assegurar os interesses particulares dos seus agentes ou membros/componentes.

Tendo em vista que um partido não é o todo, mas forma um pequeno todo, e que suas ações/atuações são corporativistas, “a tendência essencial dos partidos revela-se totalitária” (WEIL, p. 28). Ou seja, conforme referido anteriormente em que *todo partido político é totalitário*, pode-se dizer que todo partido é egoísta e, de certo, antidemocrático em virtude de que esteja sempre buscando sua supremacia ou hegemonia perante os demais. Em outros termos, os partidos defendem (ou discursam e prometem) a coletivização, porém, praticam o individualismo absoluto. Cada partido é um núcleo.

Para tanto, “é justamente por ser uma ficção, uma coisa vazia, sem realidade,

que a concepção do bem público própria a este ou àquele partido impõe a busca da potência total.” (WEIL, p. 28): o totalitarismo. E isto tanto no sistema político parlamentar como no sistema político presidencialista ou outro qualquer.

Para Simone Weil “toda realidade implica um limite. O que não existe não é jamais limitável” (WEIL, p. 28). Portanto, o bem público que a autora se refere é uma idéia, algo abstrato, e, por assim dizer, não tem limite. E neste sentido, todo partido político se aproveita de sua doutrina e simboliza seus ideais a partir desse complexo denominado “bem público” a fim de promover ou atingir os interesses que lhe sejam permitidos ou não (abuso de poder; tirania [violência]). Em síntese, um partido político é um órgão civil doutrinário e tirânico, bem como totalitário (quem é membro de um partido político e que não esteja de acordo com as propostas do mesmo é severamente penalizado [sofrendo, por exemplo, censuras, represálias, repúdio, retaliação entre outras coisas]).

Como um todo, os partidos políticos investem muito no que concerne às ilusões ao povo, tanto que “o objetivo declarado da propaganda é convencer, e não transmitir luz” (WEIL, p. 30). Os partidos dedicam grande parte de seu tempo em publicidade com o intuito de convencer o público de que suas propostas são as melhores. Eis então as disputas ridículas por eleitores em que alguns candidatos fogem à ética elevada pensando apenas e tão somente em vencer e ter um lugar de privilégio social: ser um político pertencendo a algum partido, ou, ser um político partidário. Contudo, para Simone Weil, os partidos são “cada um deles uma pequena igreja profana armada da ameaça da excomunhão” (WEIL, p. 42).

Não obstante, “a influência dos partidos contaminou a vida mental de nossa época” (WEIL, p. 42, grifos nossos). Quer dizer, as pessoas demonstram perda de capacidade para pensar o mundo (pessoas comuns, professores, intelectuais, artistas e tantos outros); só olham o mundo por intermédio dos partidos políticos. Consideram os políticos como deuses populistas. Conquanto, *os partidos políticos* agora são *religiões*. Algo que espanta e assusta inexoravelmente.

Simone Weil nos adverte: “um homem que adere a um partido aparentemente identificou em sua ação e propaganda coisas que lhe pareceram justas e boas. Mas jamais estudou a posição do partido em relação a todos os problemas da vida pública. Assim, submete seu pensamento à autoridade do partido. Quando, paulatinamente, descobrir suas posições, ele as aceitará sem analisá-las detidamente” (WEIL, pp. 42-43). Observa-se que, por assim dizer, a autoridade do pensamento está submetido ao partido. Isto é, o partido decide e define/ordena o que deve ser feito, como e por que deve ser efetuado o que lhe interessa. Deixando, nessa relação, o Ser de criatividade (o homem, e em especial o intelectual), sem espaço ou sem possibilidades para se realizar ontologicamente, no sentido profundo e real do termo. Nesta acepção, diz-se que “as instituições que determinam o jogo da vida pública sempre têm influência na totalidade do pensamento de um país, por causa do prestígio do poder” (WEIL, p. 48). Essas instituições são os partidos políticos. Em outras palavras, *os partidos políticos hoje dominam os homens*. Controla-o, inexoravelmente.

Por conseguinte, não podemos esquecer um dos traços dos Partidos: “o fato de serem máquinas de fabricação de paixão coletiva, ele é tão saliente que não

precisa nem ser demonstrado. A paixão coletiva é a única energia de que os partidos dispõem para sua propaganda externa e para exercer pressão sobre a alma de cada membro” (WEIL, p. 43).

Decerto, “reconhece-se que *o espírito de partido cega*, ensurdece diante da justiça, impele mesmo as pessoas mais honestas à investida cruel contra inocentes. Confessa-se isso, mas não se concebe suprimir os organismos que engendraram tal espírito” (WEIL, pp. 43-44, grifos nossos).

Deveras, “a supressão dos partidos políticos estenderia sua virtude de limpeza para bem além dos assuntos públicos. Pois o espírito de partido conseguiu contaminar tudo” (WEIL, p. 48). E, de todo modo, assim compreendemos, a extinção ou o prolongamento dos partidos políticos exige muito dos intelectuais. Pois são estes que mantém ideologicamente os partidos políticos unidos junto à massa populacional. Por vezes, consideramos que *tomar partido é se acovardar a pensar*. O intelectual deve despir, e não encobrir o mundo. Quer dizer, o “intelectual” que opta por defender algum partido político não merece o título lhe concedido/direcionado. Tomar partido é o ato de impensar. Assim consideramos que o intelectual não deve tomar partido. Ou, conforme as instruções de Ortega y Gasset: “*não ser homem de partido*”¹ (grifos nossos). Ou mais precisamente: “*ser da esquerda é, como ser da direita, uma das infinitas maneiras que o homem pode escolher para ser um imbecil: ambas, com efeito, são formas de hemiplegia moral*”² (grifos nossos).

E no que se refere à educação, o ato de tomar partido castra, amputa ou infertiliza o pensar. “Mesmo nas escolas só se sabe estimular o raciocínio das crianças convidando-as a tomar partido

a favor ou contra. Citam uma frase de um autor reconhecido e perguntam a elas: “Vocês concordam ou não? Apresentem seus argumentos”. Na hora da prova, os coitados, tendo que terminar a dissertação ao fim de três horas, não podem passar mais do que cinco minutos se perguntando se estão de acordo. Seria tão fácil dizer a eles: “Meditem esse texto e expressem as reflexões que lhes ocorrerem”” (WEIL, p. 50). O que, evidentemente, acontece na realidade do mundo do século XXI.

Uma vez mais e para deixar em aberto as inquietações e as queixas aos intelectuais, vejamos a seguinte passagem: “quase em todo lugar – e com frequência até para problemas técnicos – a operação de tomar partido, de se posicionar a favor ou contra, substituiu a obrigação de pensar” (WEIL, pp. 50-51). Em suma, tomar partido subtrai o pensar; conquanto, o mundo hoje vive sob a égide dos partidos políticos, em especial nos países pobres ou não desenvolvidos econômica e culturalmente.



* **MARQUESSUEL DANTAS DE SOUZA** é graduado em Geografia pela Faculdade de São Paulo, com especialização em EJA pelo IFSP - *Campus* São Paulo.

¹ ORTEGA Y GASSET, José. *Não ser homem de partido*. In: **Os intelectuais e a política**. Antologia organizada por Romeu de Melo. Lisboa: Editorial Presença, 1964. 372p. p. 60. (Perspectivas; 5)

² ORTEGA Y GASSET, José. *Prólogo para franceses*. In: **La rebelión de las masas**. (Con un prólogo para franceses, un epílogo para ingleses y un apêndice: *dinâmica del tiempo*). Introducción de Julián Marías. Madrid: Espasa-Calpe, 1976. 264p. p. 53. (Ensayo Selecciones Austral; 7)